

Entidades entram na Procuradoria com representação ^{da Saúde} contra a União

SÔNIA SILVA

Otávio Magalhães/At

BRASÍLIA — O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, vai cobrar da área econômica do governo o aporte necessário de recursos para a manutenção do setor de saúde do País. Ontem, secretários de Saúde e a Confederação Nacional das Misericórdias entregaram a Junqueira uma representação contra a União. Eles alegam que a Constituição está sendo violada, principalmente pela falta de recursos suficientes para garantir o setor. O procurador enviará a documentação para a Procuradoria da República no Distrito Federal, que deverá entrar na Justiça Federal com ação civil pública contra o governo.

“Vou conversar com as autoridades responsáveis, mas isso não impede que sejam adotadas medidas judiciais”, explicou Junqueira, após o encontro com representantes dos conselhos de secretários estaduais e municipais de Saúde, Conselho Federal de Medicina (CFM) e Confederação das Misericórdias. “Nossa obrigação é fazer com que a Constituição e as leis sejam cumpridas”, afirmou o procurador. “É possível ao poder judiciário intervir para garantir que a Constituição seja cumprida, e ela determina que a saúde é dever do Estado”, argumentou.

Os cortes na proposta orçamentária do Ministério da Saúde reduziram de US\$ 14 bilhões para US\$ 9 bilhões os recursos para o setor. Para pagamento dos hospitais públicos e particulares que prestam o atendimento médico ao Sistema Único de Saúde (SUS) seria necessário quase o dobro dos US\$ 3,3 bilhões destinados. “Não há como fazer saúde desta forma”, afirmou o secretário-geral do CFM, Hérculos Sidney Liberal. O secretário de Saúde de São Paulo, Cármino Antonio de Souza, presidente em exercício do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, explicou que o governador Luiz Antônio Fleury Filho convocou os secretários municipais e políticos a pressionar o Congresso Nacional em busca de mais recursos.

Negociação — O ministro Henrique Santillo encontra-se na segunda-feira com os ministros da Fazenda, Rubens Ricúpero, e do Planejamento,



Junqueira: a Constituição e as leis têm de ser cumpridas

Beni Veras, para discutir a possibilidade de aumento das verbas para saúde. “Tenho esperanças de que teremos o orçamento reformulado e que isto se dará até o final da próxima semana”, disse ontem o ministro da Saúde. “Conto com a sensibilidade dos ministros e, principalmente, do presidente Itamar Franco”, emendou Santillo, lembrando que a insuficiência de recursos pode causar um “colapso total” na saúde.

Na representação entregue ao procurador-geral, as entidades alegam que desde 1990 os orçamentos anuais para o setor estão sendo re-

duzidos. “Chegamos ao fundo do poço com a proposta orçamentária de 94, que estabelece gastos de US\$ 38 per capita”, afirmam as entidades no

documento, lembrando que em países como Canadá e Estados Unidos são aplicados US\$ 2.600 per capita/ano. Eles acusam ainda o ministério da Previdência de ter, no ano passado, iniciado a retenção dos 30% dos recursos da Se-

guridade Social que deveriam ser aplicados em saúde. As entidades lembram, ainda, que dos US\$ 9 bilhões destinados ao ministério, cerca de US\$ 1 bilhão será utilizado para pagar empréstimos junto ao FAT.

SANTILLO
ENCONTRA-SE
NA 2ª COM
RICÚPERO